

# Institucionalização das manifestações da sociedade civil: das tipologias aos conceitos<sup>1</sup>

## Institutionalization manifestations of civil society: the types of concepts

Miriam de Castro Possas<sup>2</sup>  
Ricardo de Sena Abrahão<sup>3</sup>  
Edileusa Godói-de-Sousa<sup>4</sup>

### FORMA DE CITACIÓN

De Castro, M., de Sena, R. y Godoi-de-Sousa, E. (2013). Institucionalização das manifestações da sociedade civil: das tipologias aos conceitos. *Revista Dimensão Empresarial*, vol. 11, núm. 2, pp. 17-25.

### RESUMO

Esse trabalho se caracteriza por ser um artigo de investigação científica que tem como objetivo principal identificar as principais tipologias utilizadas para se referir as organizações da sociedade civil e discutir seu uso no meio acadêmico. Num primeiro momento, foram identificadas, por meio de revisão bibliográfica, tais expressões (em português e inglês). Em sequência, foram selecionados seis termos mais citados e quantificada estatisticamente a utilização de cada um, em banco de dados eletrônico, entre os anos de 1990 e 2012. Por fim, discutiram-se a existência ou não de tendência na uniformização dos termos, com base nos dados encontrados. Os resultados apontaram que as tipologias mais utilizadas em português foram: Organizações não governamentais e Terceiro Setor e em inglês *non profit organizations*, *non governmental organization* e *third sector*. Tanto na literatura internacional, quanto nacional, há uma multiplicidade de termos que convivem entre si.

**Palavras-chave:** Terceiro setor, Economia solidária, Organizações sem fins lucrativos, Organizações não governamentais, Empreendedorismo Social e Empresa Social.

### ABSTRACT

This work is characterized by being an article of scientific research that aims to identify the main types used to refer to the organizations of civil society and discuss its use in academia. At first, were identified through literature review, such expressions (in Portuguese and English). In sequence, we selected six most mentioned terms and statistically quantified using each one in an electronic database, between 1990 and 2012. Finally, we discuss the existence or absence of trend in standardization of terms, based on the data found. The results showed that the types most commonly used in Portuguese were: non-governmental organizations and the third sector and in English non profit organizations, non governmental organization and third sector. Both the international literature, and national, there are a multitude of terms that coexist with each other.

**Keywords:** Third sector, Solidarity Economy, Non-profit organizations, non-governmental Organizations, Social Entrepreneurship and Social Enterprise.

## INTRODUÇÃO

Apesar de não ser um fenômeno novo, as manifestações da sociedade civil têm sido alvo de interesse crescente, o que é perceptível pelo aumento das publicações na área.

Em um contexto prático, mostram a busca por cidadania e ganham cada vez mais visibilidade e força na tentativa de suprir uma lacuna existente entre o poder público e o privado, viabilizando alternativas para o desenvolvimento local. São inúmeras formas de manifestações (associações,

<sup>1</sup> Artigo de investigação adelantado en la Universidade Federal de Uberlândia, Uberlandia, Brasil. Recibido en octubre 8 de 2013. Aceptado en noviembre 30 de 2013.

<sup>2</sup> Docente investigadora de la Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. miriampossas@mestrado.ufu.br

<sup>3</sup> Docente investigador de la Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. ricardosab@mestrado.ufu.br

<sup>4</sup> Docente investigadora de la Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. edileusagodoi@fagen.ufu.br

cooperativas, ONGs, fundações, etc.) que têm adquirido expressiva relevância e lutam pela conquista de representatividade e poder.

Contudo, no aspecto teórico, é possível identificar lacunas conceituais advindas da controvérsia entre os estudiosos no que diz respeito à própria tipologia utilizada para se referirem às manifestações da sociedade civil e, na literatura, encontram-se várias denominações para se referir a essa diversidade: organizações não governamentais (ONGs), setor sem fins lucrativos, setor independente, setor de caridade, setor voluntário, setor da sociedade civil, setor isento de impostos, setor associativo, economia social e tantas outras (Falconer, 1999; Fernandes, 2000; Coelho, 2000; Landim, 1993).

Particularmente, Coelho (2000, p. 58) considera que: “Essa multiplicidade de denominações apenas demonstra a falta de precisão conceitual, o que, por sua vez, revela a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações em parâmetros comuns.” Dessa forma, pode-se dizer que as manifestações são amplas e passíveis de qualificações sob diversos aspectos: realidade complexa, extrema heterogeneidade e diversidade de atores e formas de organização (Godói-de-Sousa, 2005).

Portanto, diante desse vasto processo de institucionalização das manifestações da sociedade civil, os estudiosos sobre o tema têm se deparado com uma imprecisão conceitual, o que tem demandado pesquisas mais aprofundadas sobre essa temática.

A partir dessa constatação, esse artigo tem como objetivo central identificar e discutir a utilização dos principais termos empregados para se referir às manifestações da sociedade civil. O intuito foi suscitar a discussão dessas terminologias e trazer à luz o debate sobre a diversidade de instituições e as múltiplas identidades do setor.

Com isso, procurou-se frisar a dificuldade de englobar todas essas manifestações em um único ou poucos termos, haja vista, que há influências regionais e sócio-políticas na construção e utilização dessas tipologias.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Inúmeros são os termos utilizados para se referir ao fenômeno da associação da sociedade civil (Cardoso, 2000; Coelho, 2000; Fernandes, 2000; França Filho & Laville, 2004; Salamon, 2000; Thompson, 2000) Essa variedade não é algo nova e foi preocupação do III Encontro Ibero-Americano do “Terceiro Setor”, que aconteceu em setembro de 1996, no Rio de Janeiro, onde estudiosos sobre o tema se reuniram com a finalidade de discutir a identidade e os limites desse setor crescente (Ioschpe, 2000).

Presente no nome do próprio evento, o termo Terceiro Setor era então emergente, e tinha naquela época a intenção de reunir sobre uma mesma denominação toda a diversidade de instituições que surgiram no seio da sociedade civil (Cardoso, 2000; Ioschpe, 2000; Kisil, 2000). Do inglês, *Third Sector*, nasceu da diferenciação entre os dois outros setores, público e privado, e emergiu nos EUA na década de 1970, onde é utilizado correntemente junto a outras expressões, entre elas *non profit organizations*. Traduzido como Terceiro Setor começou a ser utilizado no Brasil na década de 1990 (Calegare & Silva, 2009; Cardoso, 2000; Defourny, 2005; Fernandes, 2000).

Com o intuito de se referir as essas organizações o termo organizações sem fins lucrativos, também ganha espaço. Traduzido do inglês (*non profit organizations*), o termo foi cunhado na década de 1950 nos Estados Unidos, e remete a organizações que não dividem o lucro entre seus sócios, principal característica atribuída ao – segundo setor – setor privado (Calegare & Silva, 2009; Cardoso, 2000; Coelho, 2000; Fernandes, 2000).

Outro termo amplamente utilizado no Brasil são Organizações não governamentais (ONGs), esse, com origem européia, teve a nomenclatura influenciada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e tem como principal característica não pertencer ao Estado, se diferenciando do primeiro setor, o público (Calegare & Silva, 2009; Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Kisil, 2000; Landim, 2008). O termo está associado, no Brasil, a um tipo particular de instituições que emergiram na época ditatorial, com o intuito de desenvolver o país e minimizar as mazelas sociais (Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Landim, 2008; Thompson, 2000).

Esses três termos (Terceiro Setor, Organizações não governamentais e Organizações sem fins lucrativos) foram utilizados por diversos autores da área (Andrade, 2000; Calegare & Silva, 2009; Cardoso, 2000; Coelho, 2000; Defourny, 2005; Dimenstein, 2000; Dulany, 2000; Falcão, 2000; Fernandes, 2000; Ioschpe, 2000; Kisil, 2000; Landim, 2008; Marcovitch, 2000; Martinelli, 2000; Mccarthy, 2000; Miera, 2000; Rifkin, 2000; Salamon, 2000; Thompson, 2000; Toro, 2000; Wolfe, 1992). Os limites e contornos de cada um ainda são confusos e pouco precisos. A própria construção dessas expressões engloba contextos diferentes, além de uma construção exógena, devido à importação européia e norte-americana dos termos (Coelho, 2000; Falconer, 1999; Fernandes, 2000; Thompson, 2000).

Outros dois termos, Economia Solidária e Empresa Social, também têm suas raízes em outros países (Dees, 1998; França Filho & Laville, 2004). Economia Solidária, um termo originalmente francês, surgiu dos questionamentos à teoria econômica e como proposição de uma economia que levasse em consideração a dimensão social. Assim

surgiram os estudos de Economia Social (França Filho & Laville, 2004; Singer, 2004). Para designar a efervescência de agrupamentos sociais que começaram a existir nas contradições da Revolução Industrial escolheu-se o termo Economia Solidária (França Filho & Laville, 2004; Singer, 2004). Foi utilizado pela primeira vez no Brasil em 1993 (Lechat, 2002b) e também é conhecido como Economia Popular (França Filho & Laville, 2004; Lechat, 2002a).

Para alguns autores Terceiro Setor e Economia Solidária são termos correspondentes (Defourny, 2001 como citado em Lechat, 2002b; Quintão, 2004). O Terceiro setor teria assim uma parte “velha” e uma parte “nova”, as empresas sociais seriam essa parte nova (Quintão, 2004). Do inglês, *social enterprise*, é um termo muito utilizado nos Estados Unidos e carrega dois conceitos: empreendedor e social. Assim, o empreendedor, aquele que inova, poderia ter uma finalidade social (Dees, 1998). No Brasil o termo passou a ser utilizado na década de 1990 (Quintão, 2004).

Essas seis expressões (Terceiro Setor, Organizações sem fins lucrativos, Organizações não governamentais, Economia Solidária, Empresa Social e Empreendedorismo Social) vieram à tona no intuito de nomear organizações da sociedade civil (Coelho, 2000; Fernandes, 2000; França Filho & Laville, 2004; Quintão, 2004; Singer, 2004) e muitos pontos em comum são atribuídos a essas instituições, como: **associação voluntária dos participantes** (Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Kisil, 2000; Salamon, 2000), **não visarem o lucro** (Andrade, 2000; Cardoso, 2000; Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Kisil, 2000; Salamon, 2000; Thompson, 2000; Singer, 2004), **não pertencerem ao governo** (Cardoso, 2000; Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Salamon, 2000; Singer, 2004), **possuírem autonomia e autogerenciamento** (Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Salamon, 2000; Singer, 2004) e **possuírem finalidades de caráter social e de interesse público** (Cardoso, 2000; Fernandes, 2002; Quintão, 2004; Salamon, 2000; Singer, 2004; Thompson, 2000).

Tais tipologias existem no âmbito do discurso, não foram cunhadas a partir das próprias instituições, são termos teóricos que carregam implicações políticas e contextuais (Calegare & Silva, 2009; Falconer, 1999; Fernandes, 2000). Nos países latino-americanos, com uma história marcada por profundas desigualdades, essas entidades emergem em busca de melhores condições de vida e superação dos desequilíbrios herdados historicamente (Cardoso, 2000; Fernandes, 2000; Fischer, 2008; França Filho & Laville, 2004; Quintão, 2004). Frente a um Estado enfraquecido, que não garante todos os direitos de forma igualitária (Cardoso, 2000; Coelho, 2000; França Filho & Laville, 2004; Ioschpe, 2000; Quintão, 2004; Salamon, 2000; Singer, 2004; Thompson, 2000) essas instituições têm então uma nova roupagem, são as antigas práticas

de participação voluntária, filantropia e caridade, reunidas com um novo nome (Falconer, 1999; Fernandes, 2000). Marcadas pela independência do setor público e privado, são mecanismos de luta cidadã (Cardoso, 2000; França Filho & Laville, 2004; Quintão, 2004; Thompson, 2000), que têm identificação com as camadas populares (França Filho & Laville, 2004; Quintão, 2004; Thompson, 2000) e de grande importância para o fortalecimento da sociedade civil, defesa da democracia e reconstrução de um ideário de transformação social (Calegare & Silva, 2009; Cardoso, 2000; Fischer, 2008; França Filho & Laville, 2004; Quintão, 2004; Thompson, 2000).

Os termos carregam significações mais profundas, que falam sobre identidade e ideologia (Calegare & Silva, 2009; Coelho, 2000) e de seu passado histórico carregado de oposição e liberalismo (Thompson, 2000). A multiplicidade de tipologias para se referir a essas organizações, mostra uma fraqueza conceitual e uma diversidade de práticas que tornam árdua a junção de todas elas em um só conceito (Coelho, 2000). Tal conceito tende a ser insuficiente para abarcar as diversas conformações do setor (Cardoso, 2000; Fernandes, 2000) criando uma falsa unidade sem resolver o problema identitário (Coelho, 2000).

Por isso, faz-se necessário retomar a discussão sobre a utilização dessas terminologias na literatura nacional e internacional, dessa forma, o presente trabalho revisou a literatura e levantou a frequência de uso das principais expressões que representam tais instituições e se propôs a debater sobre o seu emprego.

## METODOLOGIA

Essa pesquisa é aplicada, quanto sua natureza, de abordagem quantitativa e, quanto aos objetivos, se caracteriza como descritiva. Foi realizada em duas etapas: a primeira caracterizada por profunda revisão bibliográfica de publicações dos autores clássicos e contemporâneos que tratam das Organizações da Sociedade Civil, com o propósito de identificar os principais termos utilizados para se referir ao tema e seus conceitos. E, num segundo momento, fez-se uso da pesquisa quantitativa, cuja coleta de dados forneceu o número aproximado de artigos acadêmicos publicados ano a ano no Brasil e no exterior (em língua inglesa), entre 1990 e 2012, considerando os mesmos termos ou expressões encontrados na revisão, a partir de uma fonte confiável de informações.

O banco de dados escolhido foi o Google Acadêmico devido às suas características de abrangência, acessibilidade e simplicidade de utilização e ainda por ser mundialmente conhecido e de acesso gratuito. O mesmo fornece a possibilidade de pesquisa de várias fontes e disciplinas em um só lugar: artigos revisados por especialistas, teses, livros,

resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras entidades acadêmicas.

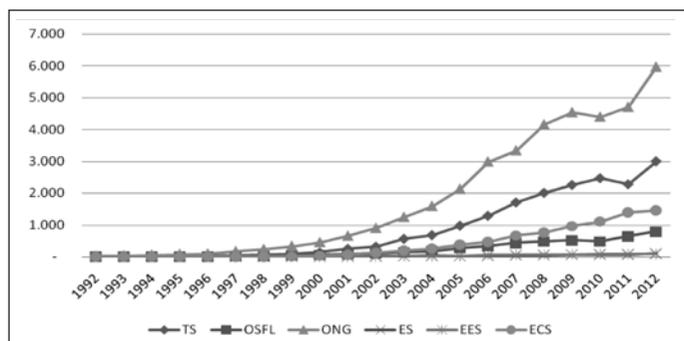
O período de análise foi delimitado entre 1990 e 2012 devido ao baixo número de publicações digitalizadas anteriores a 1990 e por ser 2012 o último ano com dados consolidados.

A ferramenta do *Google Scholar* utilizada foi a de pesquisa avançada “restrita a datas”, sem incluir patentes ou citações e com o filtro “frase exata”. Os termos pesquisados, ano a ano, entre 1990 e 2012 foram: Terceiro Setor; Organizações sem fins lucrativos; Organizações não governamentais; Empresa Social; Empreendimentos Sociais e Economia Solidária, nas páginas em português, e os similares em inglês: *Third Sector*; *Non Profit Organizations*; *Non Governmental Organization*; *Social Enterprise*; *Social Entrepreneurship*; *Solidarity Economy*. A escolha desses termos se baseou na extensa utilização destes pelos principais autores da área conforme revisão bibliográfica. A exata procura de cada termo no Google se deu a partir de um primeiro filtro que definiu, entre as expressões no singular e no plural, àquelas que tinham o maior número de artigos publicados no referido período. Os dados foram coletados no site (<http://scholar.google.com.br>) entre 03 e 09 de junho de 2013.

## 1. RESULTADOS E ANÁLISES

Os dados coletados apresentaram um número crescente de publicações tanto em português quanto em inglês de todos os termos pesquisados, conseqüência, talvez, do aumento no interesse pelo assunto (Gráfico 1 e 3).

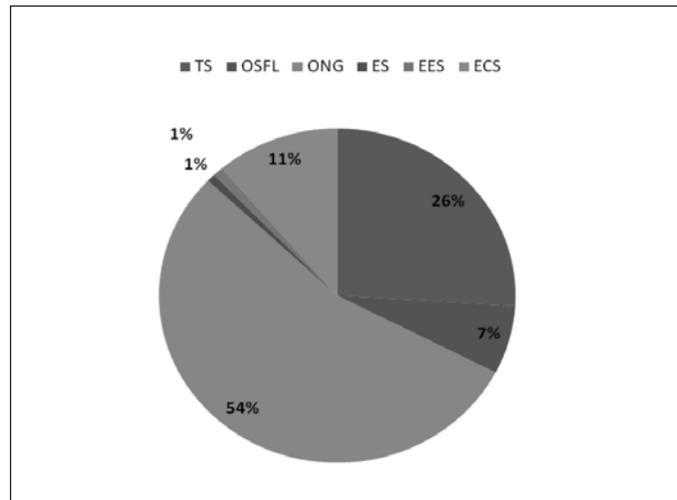
**Gráfico 1.** Quantidade de publicações anuais no Brasil por expressão



Fonte: elaborado pelos autores

Das tipologias selecionadas, as mais utilizadas no Brasil foram: ONG (Organizações não governamentais) com 38.179 publicações, correspondente a 54% do total, e TS (Terceiro Setor) com 18.212 publicações (Tabela 1), 26% do total (Gráfico 2) no período analisado.

**Gráfico 2.** Percentual do total de publicações no Brasil por expressão entre 1990 e 2013



Fonte: elaborado pelos autores

Por outro lado, os termos em inglês mais frequentes foram NPO (*non profit organizations*) com 72.349 publicações, representando 35% do total, em segundo lugar, NGO (*non governmental organization*) com 52.847 publicações, 26% e, em terceiro lugar, TS (*third sector*) com 42.367 trabalhos, 21% do total (Tabela 2 e Gráfico 4).

A imprecisão e diversidade de termos (Coelho, 2000; Falconer, 1999; Fernandes, 2000; Thompson, 2000) é refletida na quantidade de publicações brasileiras e estrangeiras que apresentam uma utilização difusa e crescente dos mesmos ao longo do período analisado (Gráficos 1 e 3).

Embora vários autores (Cardoso, 2000; Coelho, 2000; Fernandes, 2000; Ioschpe, 2000; Salamon, 2000; Thompson, 2000) tenham discorrido sobre a adoção do termo Terceiro Setor (TS) no Brasil, no final dos anos 1990, para tentar abarcar sobre uma mesma denominação as diversas manifestações da sociedade civil organizada. Nota-se que ainda não se tornou a expressão dominante no Brasil, tendo em vista a maior utilização do termo, Organizações não governamentais (ONG) (Gráfico 1). Supõe-se que, apesar da introdução da denominação Terceiro Setor (TS), o termo ONG esteja muito arraigado e com o nível de aceitação expressivo (Landim, 2008), tanto pela sociedade como pelos acadêmicos em geral, independentemente dos escândalos associados a essas instituições veiculados na mídia recentemente. Percebeu-se entre a revisão bibliográfica e o número de publicações que os termos ONG e TS se confundem, apesar deste último ser considerado mais amplo, ainda assim, ONG permanece sendo um termo que confere identidade a estas manifestações e serve de referência à maioria dos estudos acadêmicos sobre o assunto.

**Tabela 1.** Quantidade de artigos publicados no Brasil por expressão entre 1990 e 2012

Ano /Sigla	TS	OSFL	ONG	ES	EES	ECS
1990	3	1	6	-	-	1
1991	-	1	19	-	-	2
1992	2	2	32	-	1	1
1993	5	6	40	-	-	-
1994	3	2	63	-	-	2
1995	17	11	84	1	1	2
1996	19	10	96	-	2	1
1997	35	23	171	3	-	5
1998	69	25	235	4	1	9
1999	97	46	335	3	4	13
2000	140	55	455	9	5	35
2001	251	77	657	20	5	69
2002	322	102	906	12	8	131
2003	566	147	1.250	19	16	185
2004	684	177	1.590	34	30	250
2005	979	269	2.130	25	30	373
2006	1.290	341	2.990	29	61	467
2007	1.710	430	3.340	38	66	663
2008	2.010	478	4.160	37	80	751
2009	2.260	517	4.540	64	80	957
2010	2.470	487	4.400	71	91	1.100
2011	2.280	643	4.710	71	85	1.390
2012	3.000	794	5.970	104	93	1.450
<b>Total</b>	<b>18.212</b>	<b>4.644</b>	<b>38.179</b>	<b>544</b>	<b>659</b>	<b>7.857</b>

Nota:

Sigla	Expressões
TS	Terceiro Setor
OSFL	Organizações sem fins lucrativos
ONG	Organizações não-governamentais
ES	Empresa Social
EES	Empreendimentos Sociais
ECS	Economia Solidária

Fonte: elaborada pelos autores

**Tabela 2.** Quantidade de artigos publicados ‘em inglês’ por expressão entre 1990 e 2012

Ano / Sigla	TS	NPO	NGO	SE	SEship	SEconomy
1990	192	404	172	58	14	-
1991	156	473	145	92	13	1
1992	197	488	221	91	8	3
1993	231	528	249	107	29	1
1994	275	686	348	122	46	5
1995	297	716	436	126	41	3
1996	412	904	586	142	46	5
1997	501	1.060	626	148	35	9
1998	572	1.140	775	137	42	4
1999	744	1.390	939	165	54	3
2000	1.060	1.900	1.300	284	106	11
2001	1.310	2.050	1.640	355	145	7
2002	1.490	2.650	1.970	386	206	16
2003	1.730	3.200	2.320	561	262	37
2004	2.060	3.820	2.810	689	383	38
2005	2.180	3.860	3.260	831	423	61
2006	2.610	4.980	3.670	1.120	686	61
2007	2.940	5.690	4.260	1.370	910	84
2008	3.510	6.190	4.680	1.840	1.310	134
2009	4.040	6.340	5.280	2.000	1.650	237
2010	5.120	7.510	5.120	2.940	2.330	308
2011	5.050	8.060	5.880	2.920	2.650	386
2012	5.690	8.310	6.160	3.680	3.010	478
<b>Total</b>	<b>42.367</b>	<b>72.349</b>	<b>52.847</b>	<b>20.164</b>	<b>14.399</b>	<b>1.892</b>

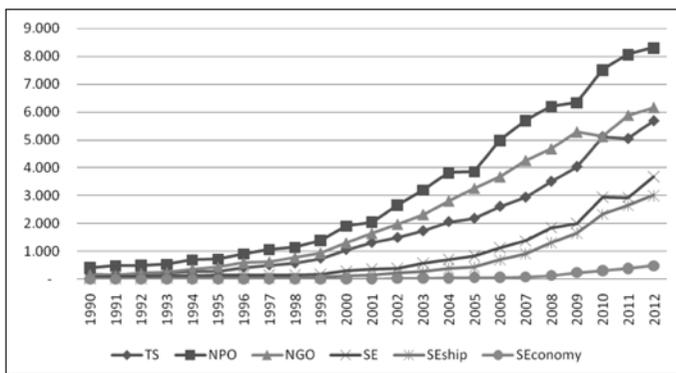
Nota:

Sigla	Significado
TS	Third Sector
NPO	Non Profit Organizations
NGO	Non Governmental Organization
SE	Social Enterprise
SEship	Social Entrepreneurship
SEconomy	Solidarity Economy

Fonte: elaborada pelos autores

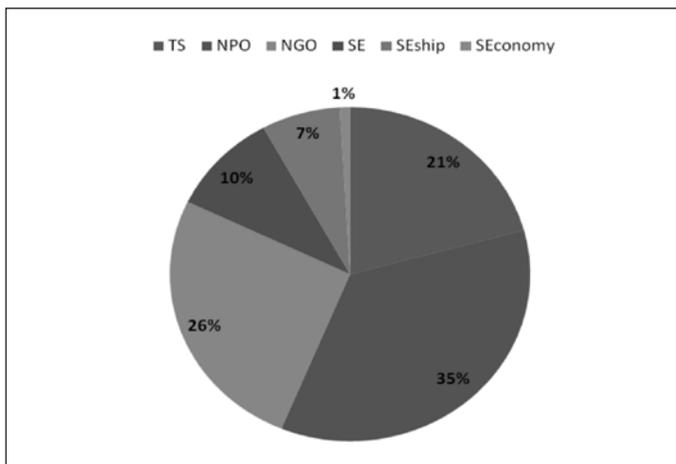
O termo *Third Sector* (TS) nos EUA também tinha o intuito de representar toda a gama de instituições (Coelho, 2000), mas apesar de crescente utilização, dos termos em nível internacional, o que mais se destacou nas publicações acadêmicas, foi *non profit organization* (NPO), muito provavelmente por ser um dos termos precursores para se referir ao tema (Fernandes, 2000). Por outro lado, convive correntemente com outras expressões como *Third Sector* (TS) e *Non governmental organization* (NGO), que apesar do uso crescente, não se mostraram dominantes (Gráficos 3 e 4).

**Gráfico 3.** Quantidade de publicações anuais em inglês por expressão



Fonte: elaborado pelos autores

**Gráfico 4.** Percentual do total de publicações em inglês por expressão entre 1990 e 2013



Fonte: elaborado pelos autores

A partir dos anos 2000, ganha destaque acadêmico no Brasil o termo Economia Solidária (ECS), associado à difusão das várias formas de cooperativas de produção e prestação de serviços (França Filho & Laville, 2004) e em

menor grau a tipologia Organizações sem fins lucrativos (OSFL) (Gráficos 1 e 2), termo genérico utilizado para se referir às instituições cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados e que não resultam de ação governamental (Cardoso, 2000; Fernandes, 1993; Ioschpe, 2000).

Apesar de serem menos frequentes, os termos Empreendimentos Sociais e Empresa Social mostram um número, também crescente, de trabalhos acadêmicos e aparecem constantemente na literatura brasileira, principalmente nos últimos anos (Gráfico 1). No exterior *Social Entrepreneurship* (SEship) e *Social Enterprise* (SE) ganham bastante destaque a partir de 2005 (Gráficos 3). É de se supor que sua utilização crescente, principalmente nos EUA, advenha do capitalismo norte-americano e o seu caráter empreendedor, agora somado às novas demandas sociais (Dees, 1998; Quintão, 2004), conceitos que têm emergido com bastante entusiasmo nos últimos anos.

Em menor escala o termo Solidarity Economy que apesar de ser um dos primeiros a surgirem no continente europeu (Defourny, 2005; França Filho & Laville, 2004), não ganhou força ao longo do tempo (Gráficos 3 e 4).

Ao se comparar a utilização em inglês e português foi possível notar algumas semelhanças, apesar do termo mais utilizado em inglês ser o *non profit sector*, por ser um termo precursor de origem norte-americana, ONG mostrou-se representativo nas duas análises, provavelmente pelo reconhecimento e importância dada mundialmente à organização que o cunhou (ONU). O termo terceiro setor, como já mencionado, por sua amplitude, teve grande difusão e continua bastante utilizado (Gráficos 2 e 4).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa foi possível identificar que os termos mais utilizados no Brasil foram em ordem: ONG (54%), TS (26%), ECS (11%), OSFL (7%), EES (1%) e ES (1%). Na literatura estrangeira, os resultados demonstraram que a utilização foi mais pulverizada e apareceram na totalidade das publicações na seguinte ordem: NPO (35%), NGO (26%), TS (21%), SE (10%), SEship (7%) e SEconomy (1%).

Pode-se verificar uma pulverização dos termos pesquisados, com todos apresentando crescente número de publicações ao longo do período analisado, o que mostra a ausência de uniformização e consenso em torno destas nomenclaturas.

A literatura internacional demonstrou, apesar de diversificação, utilização mais distribuída. Geralmente, há uma tentativa maior de delimitação dos conceitos, mas que na prática não se reflete em uma uniformização da tipologia para se referir a essas manifestações.

Interessante notar na pesquisa e na literatura brasileira que há uma confusão conceitual e uma dificuldade de substituição dos termos mostrada pela sobreposição e ambiguidade. Os próprios autores da área não se aventuram na discussão e na delimitação dos vários conceitos. Essa profusão denota controvérsias provenientes da origem das palavras e dos contextos políticos e socioeconômicos onde foram forjados.

A procura por um termo é uma busca por identidade. Faz parte do processo de fortalecimento do setor, conferindo um rosto a essas manifestações e conseqüentemente poder de atuação frente ao mercado e aos governos. Ora, se essas são as organizações que representam as manifestações genuínas da sociedade, quanto maior poder lhes for conferido mais fortalecida estarão as práticas democráticas.

Dentre as limitações encontradas no desenvolvimento do trabalho pode-se citar a escolha de um único banco de dados para refletir a utilização dos termos em questão, a relativa imprecisão dos algoritmos de cálculo do próprio Google que trazem números aproximados, além da dinamicidade da base que recebe a inclusão de material diariamente, inclusive de datas passadas. Ademais, se crê que entre os anos de 1990 e 2000 possa haver publicações sobre o assunto não digitalizadas e, portanto fora do alcance do trabalho. Mas que, por outro lado, atingem igualmente toda a literatura e conseqüentemente os termos pesquisados.

Também considerou-se que as publicações em inglês proporcionem uma base da representação internacional, sem, no entanto, especificar exatamente o país ou o continente das publicações. Além disso, não foi foco do trabalho verificar a utilização de mais de um termo nos artigos pesquisados. Contudo entendeu-se que, mesmo diante de tais limitações, o propósito do trabalho de uma pesquisa quantitativa complementar à bibliográfica se fez valer e caracterizaram muitas das afirmações dos autores pesquisados, proporcionando uma oportunidade de responder o problema em voga.

Pesquisas futuras poderão aprofundar esse estudo focando na utilização dos termos em determinados periódicos, teses ou dissertações. Igualmente poderão focar no tipo de metodologia utilizada nesses trabalhos. Mais ainda, verifica-se uma necessidade de ir até a essas organizações e entender seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, R. P. C. de (2000). Considerações de fim de século. In: loschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Calegare, M. G. A., & silva, N., Jr. (2009, jan/jul). A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. In: *Psicologia Política*. (vol. 9, nº 17, pp. 129 – 148).
- Cardoso, R. (2000). Fortalecimento da sociedade civil. In: loschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Coelho, S. de C. T. (2000). *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Senac.
- Dees, J. G. (1998). *The meaning of social Entrepreneurship*. Original Draft: October 31, 1998.
- Defourny, J. (2005). *Social Enterprise in an enlarged Europe: Concept and Realities*, EMES.
- Dimenstein, G. (2000). Como a criança ensinou à imprensa o terceiro caminho. In: loschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Dulany, P. (2000). Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismos para colaboração. In: loschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Falcão, J. (2000). Por um jornalismo cívico. In: loschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Falconer, A. P. (1999). *A promessa do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão*. Ensaio baseado na dissertação de mestrado em Administração.
- Fernandes, R. C. (2000). O que é o Terceiro Setor? In: loschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fischer, R. M. (2008). *Empreendedorismo social e Desenvolvimento Sustentável*. In: II ENAPEGS, 2008 – Tocantins. Os desafios da formação em gestão social. Palmas, Tocantins: Provisão Gráfica e Editora (vol. 1 pp. 305 – 328).
- França Filho, G. C. de, & Lavelle, J.-L. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Godói-de-Sousa, E. (2005). *Redes organizacionais: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Uberlândia.
- loschpe, E. B. (2000). Prefácio. In: *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.

- Kerlin, J. A. (2006). Social Enterprise in the United States and Europe: Understanding and Learning from the Differences. *Volutas* (nº 17, EUA, pp. 247 – 263).
- Kisil, M. (2000). Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lechat, N. M. P. (2002a). *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.
- Lechat, N. M. P. (2002b, junho). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? In: Civitas – Revista de Ciências Sociais (Ano 2, nº 1, pp. 123-140).
- Landim, L. (1993). *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*, Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro, ISER.
- Landim, L. (2008). *Thirty years and recent dilemmas NGOs and Third Sector in Brazil (and Latin America)*. Paper presented to the 8<sup>th</sup> International Conference of the ISTR. Barcelona.
- Marcovitch, J. (2000). Da exclusão à coesão social: profissionalização do Terceiro Setor. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Martinelli, A. C. (2000). Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- McCarthy, K. D. (2000). Educando os futuros administradores e líderes do setor de filantropia. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Miera, A. S. de (2000). A organização das fundações europeias. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Quintão, C. (2004). Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. In: *Seminário Trabalho Social e Mercado de Emprego*. Porto.
- Rifkin, J. (2000). Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Salamon, L. (2000). Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Singer, P. (2004). Prefácio: Um olhar diferente sobre a economia solidária. In: França Filho, G. de e LAVILLE, J.-L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Thompson, A. A. (2000). Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Toro, J. B. (2000). O papel do Terceiro Setor em sociedades de baixa participação (Quatro teses para discussão). In: Ioschpe, Evelyn B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Wolfe, A. (1992). “Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil”, In: WOLFE, Alan *et. al. Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro, IBASE/PNUD.